

Bom dia Contrasp



Edição 1174 - Quinta - feira, 27 de março de 2025

ULYSSES ASSUME LIDERANÇA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA



O deputado federal Coronel Ulysses (União Brasil-AC) foi nomeado presidente da Frente Parlamentar pela Defesa e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e Segurança Privada na Câmara dos Deputados. O cargo de vice-presidente ficará sob a responsabilidade do deputado Delegado Da Cunha (PL-SP). A iniciativa tem como objetivo fortalecer políticas que assegurem melhores condições de trabalho e reconhecimento para policiais, bombeiros, agentes penitenciários, guardas municipais, vigilantes e demais profissionais do setor.

Uma das principais prioridades de Ulysses à frente da Frente Parlamentar será a valorização dos vigilantes, categoria fundamental para a proteção da população e do patrimônio público e privado. Dentre as propostas defendidas pelo parlamentar, destaca-se o Projeto de Lei 1127/2023, que prevê a concessão do porte de arma de fogo para profissionais da segurança privada e do transporte de valores.

“Os vigilantes desempenham um papel fundamental na segurança da sociedade, mas, muitas vezes, enfrentam riscos sem a devida proteção. O PL 1127/2023 busca garantir que esses profissionais tenham o direito ao porte de arma, assegurando melhores condições para exercerem suas funções com segurança e eficiência” declarou o deputado.

A Frente Parlamentar também atuará na luta por melhores salários, moder-

nização dos equipamentos e aprimoramento das leis que ampliem a proteção e os direitos dos trabalhadores da segurança pública e privada. Para Ulysses, a união dos parlamentares em torno dessa causa será fundamental para impulsionar projetos com impacto positivo na categoria.

A cerimônia de posse da nova diretoria contou com a presença de representantes de entidades do setor, sindicatos e autoridades da área de segurança. O deputado Delegado Da Cunha reforçou a importância da Frente Parlamentar e destacou que

a segurança pública deve ser tratada como uma prioridade nacional.

Com essa nova missão, Coronel Ulysses fortalece sua atuação em defesa dos profissionais da segurança, reafirmando seu compromisso com a valorização da categoria e com a busca por avanços legislativos que assegurem mais dignidade e reconhecimento àqueles que arriscam suas vidas diariamente para proteger a sociedade.

Fonte: Câmara

CENTRAIS SINDICAIS PROPÕEM ISENÇÃO TOTAL DE IR SOBRE PLR DENTRO NOVO PROJETO DO GOVERNO

Em reunião com ministros representantes defenderam mudanças na proposta de reforma do Imposto de Renda.



Em meio às discussões sobre a proposta de reforma do Imposto de Renda (IR), representantes de centrais sindicais e movimentos sociais apresentaram, em reunião com o governo federal, novas sugestões para o projeto em tramitação

no Congresso Nacional. O encontro ocorreu na noite de terça-feira (25), no Palácio do Planalto, e contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo.

Durante a reunião, os representantes sindicais defenderam a ampliação da isenção do IR para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), atualmente limitada a R\$ 7.640. A proposta apresentada pelas centrais propõe isenção total sobre os valores recebidos a título de PLR, independentemente da quantia. Reivindicações dos trabalhadores in-

cluem qualificação profissional como despesa dedutível

Além da pauta relacionada à PLR, os dirigentes sindicais solicitaram a inclusão de gastos com certificações e cursos de qualificação profissional na área de tecnologia da informação (TI) entre as deduções permitidas na declaração do IR. Segundo os representantes, o setor de TI é estratégico para o crescimento econômico e deverá gerar cerca de 800 mil novas vagas nos próximos anos, o que justificaria o incentivo fiscal à formação de profissionais.

As entidades presentes destacaram que a medida poderia estimular a capacitação da mão de obra nacional, ampliar a competitividade do setor e contribuir para a geração de emprego e renda, especialmente entre os jovens.

Reforma do IR prevê faixa de isenção ampliada

A proposta do governo enviada ao Congresso Nacional na semana anterior prevê, entre outras medidas, o aumento da faixa de isenção do IR para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil. A reformulação da tabela progressiva é parte do esforço da equipe econômica para tornar o sistema tributário mais equitativo e reduzir a carga fiscal sobre os trabalhadores de menor renda.

Atualmente, a PLR até o valor de R\$ 7.640 está isenta de IR. Valores superiores são tributados conforme as alíquotas

da tabela progressiva, que variam entre 7,5% e 27,5%. Caso a proposta das centrais seja acolhida, todos os valores recebidos a título de PLR ficariam livres de tributação, alterando significativamente a estrutura de arrecadação sobre esse tipo de remuneração.

Governo busca apoio de trabalhadores à proposta em tramitação

Durante o encontro, o ministro Fernando Haddad apresentou os principais pontos da proposta em discussão no Legislativo e solicitou o apoio das centrais sindicais ao projeto. O governo busca construir uma base de apoio entre os setores organizados da sociedade para avançar com a aprovação das mudanças no sistema de tributação da renda.

O ministro Márcio Macedo, por sua vez, destacou a importância do diálogo permanente entre o Executivo e os movimentos sociais e sindicais como instrumento de construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades econômicas no país.

Entidades participantes e encaminhamentos

De acordo com nota divulgada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, participaram da reunião diversas entidades representativas dos trabalhadores, entre elas as principais centrais sindicais do país. A reunião foi considerada um avanço no processo de escuta da sociedade civil no contexto da refor-

ma tributária.

Apesar da ausência de declarações oficiais à imprensa ao término do encontro, o Ministério da Fazenda e a Secretaria-Geral da Presidência mantiveram canais abertos para o encaminhamento das propostas apresentadas, que deverão ser avaliadas nas próximas etapas de discussão legislativa.

Reforma do IR no contexto da política econômica

A revisão das regras do Imposto de Renda integra um conjunto mais amplo de medidas voltadas à reformulação do sistema tributário brasileiro. A reforma tributária é uma das prioridades do governo federal e tem como foco principal a simplificação do modelo atual, a ampliação da justiça fiscal e o fortale-

cimento da capacidade de investimento público por meio de uma estrutura de arrecadação mais eficiente e progressiva.

A inclusão da isenção da PLR e a dedução de despesas com formação técnica na área de tecnologia da informação refletem o esforço das entidades laborais em contribuir com propostas que dialoguem com os interesses dos trabalhadores e com a necessidade de modernização da economia.

O debate em torno do projeto seguirá nos próximos meses no Congresso Nacional, com possibilidade de ajustes a partir da interlocução entre o governo, os parlamentares e os diversos segmentos da sociedade civil.

Fonte: contabeis.com.br

DIREITO DO TRABALHADOR

Confira alguns casos em que a licença é remunerada e garantida pela CLT:

- Se for doar sangue**
você tem direito a 1 dia a cada 12 meses
- Vai se casar?**
você tem direito a 3 dias
- Para prestar vestibular**
você tem direito aos dias em que estiver realizando as provas



 cnj.oficial



Presidente: Edilson Silva Pereira
Secretária de Imprensa e Comunicação: Dayane da Penha Oliveira
Produção, Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

ED. CENTRO EMPRESARIAL BRASÍLIA, SRTVS QD 701 BL A
SALAS 315 E 316, ASA SUL BRASÍLIA -DF, CEP: 70340907

(61) 35320448 / 35320414

<https://www.facebook.com/constrasp>

https://www.instagram.com/contrasp_seg/

<https://contrasp.org.br/>